

DÍVIDA

Empresa acumula ao menos R\$ 12,6 milhões em multas por ter desobedecido decisão judicial e firmado, na gestão anterior, contratos de prestação de serviços. Corregedoria e MP estudam cobrar débito de ex-diretores

GDF busca saída para Codeplan

FERNANDA ODILLA

DA EQUIPE DO CORREIO

Além das dificuldades financeiras diariamente anunciadas, o Governo do Distrito Federal acumula uma dívida milionária com a Justiça do Trabalho. A Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) está proibida de assinar contratos de prestação de serviços desde dezembro de 2005, mas o órgão do GDF tem ignorado não apenas a decisão judicial, como a multa diária de R\$ 30 mil por trabalhador contratado. Só por ter firmado acordos, o débito é de pelo menos R\$ 12,6 milhões. Agora, o GDF e o Ministério Público do Trabalho (MPT) estudam a possibilidade de cobrar a dívida dos responsáveis pelos contratos, firmados na gestão de Joaquim Roriz (PMDB) e Maria de Lourdes Abadia (PSDB).

O governador José Roberto Arruda e o corregedor Roberto Giffone se reuniram ontem com procuradores do Trabalho. Além das irregularidades detectadas na Codeplan, eles discutiram a assinatura do decreto que desqualifica o Instituto Candango de Solidariedade como prestador de serviços para o governo e o contrato emergencial de 166 funcionários para manter aberto o Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje). Os procuradores insistem no concurso público para substituir a mão-de-obra terceirizada e suprir a demanda de pessoal no GDF. "O GDF mostrou disposição em dialogar e encontrar uma solução para cada caso", anunciou o procurador-geral do MPT, Maurício Correia de Mello.

Norato da Codeplan, a idéia é que a multa por ignorar a decisão judicial seja cobrada de forma solidária, explica o corregedor Roberto Giffone. "Não podemos ser punidos por algo que não é da nossa

gestão. O ideal é a multa personalizada", argumentou. Os primeiros a serem cobrados devem ser ex-dirigentes da companhia. O MPT parece estar disposto a identificar a participação de cada um para ver cumprida uma liminar há mais de um ano em vigor.

"Desrespeito"

No ano passado, o MPT tentou colocar atrás das grades o então presidente da Codeplan, Vagner Gonçalves Benk de Jesus, o diretor de Educação Tecnológica, Carlos Eduardo Bastos Nonô, e o diretor de Tecnologia, Carlos José de Oliveira Michiles, acusados de cometer crime de desobediência. O pedido foi rejeitado pelo juiz da 10ª Região do TRT, Grijalbo Fernandes Coutinho, que, na decisão, se mostrou convencido sobre o "total menoscabo e desrespeito da Codeplan às decisões judiciais". No momento, os procuradores aguardam que a Justiça liquide a dívida, identificando quantos funcionários foram contratados e mantidos irregularmente na Codeplan.

Ontem, durante a reunião, Arruda quis saber dos procuradores se eles extinguiriam a companhia. "Ele me perguntou se acabaria com a Codeplan se eu fosse o governador. Não extingui, mas teria um controle rigoroso", disse o procurador Valdir Pereira da Silva. Apesar de ter anunciado o fim do órgão, Arruda ainda não decidiu se vai fechar as portas da Codeplan.

Durante o carnaval, Giffone, o interventor da companhia e o novo chefe da Agência de Informática vão se reunir e fazer um levantamento detalhado sobre a ação judicial contra a Codeplan. A idéia é dar subsídios técnicos para Arruda tomar a decisão. O procurador Valdir Pereira também vai participar do grupo e já marcou uma reunião para o dia 26 deste mês com Giffone para discutir o problema.

Iano Andrade/CB



OS PROCURADORES ADÉLIO LUCAS, MAURÍCIO CORREIA DE MELLO E VALDIR PEREIRA DA SILVA: DIÁLOGO COM GOVERNO PARA SOLUCIONAR PROBLEMA